

PÓS-GRADUAÇÃO: GARGALOS E DESAFIOS À EFETIVA ABERTURA CIENTÍFICA

postgraduate: bottlenecks and challenges to scientific openness

Elis Dener Lima Alves¹

Resumo

A pós-graduação brasileira completou seus quarenta anos, representando uma experiência consolidada, tendo atingido significativo êxito, com resultados positivos. No entanto existem gargalos que persistem sistematicamente na política da Pós-Graduação no Brasil. Os principais gargalos são: (1) a distribuição dos programas de Pós-Graduação nas diferentes regiões e (2) as normas dos editais dos processos seletivos para ingresso nos programas de Pós-Graduação. Quanto à distribuição dos programas de Pós-Graduação, observou-se que a maioria dos programas situa-se na região Sudeste (48,7%), enquanto que a região Norte possui apenas 4,8% do total de programas. Em relação aos editais dos processos seletivos observou-se que os mesmos não promovem um processo seletivo com igualdade e equidade de oportunidades. Os fatores principais que propiciam essa desigualdade são: exigência de aceite do pretenso orientador para a realização do processo seletivo; parcialidade das comissões de seleção; comissão de seleção dos processos seletivos composta pelos pretensos orientadores; falta de critérios para a avaliação da entrevista.

Palavras-chave: Pós-Graduação. Gargalos. Processo Seletivo.

Abstract

The Brazilian postgraduate completed his forty years, representing a consolidated experience, having achieved significant success with positive results. However there are bottlenecks that persist in the policy of systematically postgraduate in Brazil. The main bottlenecks are: (1) the distribution of postgraduate programs in different regions and (2) the rules of the edicts of the selection process for admission to postgraduate programs. As the distribution of postgraduate programs, was noted that most programs are located in the Southeast (48.7%), while the North has only 4.8% of the total for programs. In relation to the edicts of the selection process it was observed that they do not promote a selection process based on equality and equal opportunity. The main factors that promote this inequality are: requirements for acceptance of the alleged supervisor for completion of the process; bias of the selection committee, selection committee composed of selection processes into the corresponding guiding, lack of criteria for assessing the interview.

Key words: Postgraduate. Bottlenecks. Process Selective.

¹ Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, São Carlos. E-mail: elisdener@hotmail.com

Introdução

A Pós-Graduação brasileira completou seus quarenta anos, representando uma experiência consolidada, tendo atingido significativo êxito, com resultados positivos. Valiosa tem sido sua contribuição para o conhecimento dos problemas de todos os âmbitos da realidade brasileira, bem como para a qualificação de um expressivo contingente de profissionais do campo do ensino, da gestão e da pesquisa, formando um quadro de especialistas, cuja atuação competente e dedicada se faz marcante no âmbito teórico e prático. Sem nenhuma dúvida, a Pós-Graduação no Brasil se transformou numa sementeira de pesquisadores, o que contribuiu significativamente para a consolidação do quadro de recursos humanos para todos os setores. Pode-se afirmar, com segurança, que a Pós-Graduação é um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro, sob o critério do nível de qualidade alcançado. Contribuiu significativamente para a construção de um retrato mais fiel da realidade nacional graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo tempo em que formou novas gerações de pesquisadores.

No entanto, somente após os anos de 1990 a Pós-Graduação no Brasil foi adquirir grande importância no sistema de ensino superior brasileiro. Para obter um conhecimento mais acurado acerca das relações entre a formação recebida nesse nível e o destino profissional de mestres e doutores formados no país, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, patrocinou ampla pesquisa, visando fornecer subsídios ao aperfeiçoamento dos cursos pós-graduados e às políticas do setor (FONSECA-SILVA, 2008).

Mesmo assim, ainda existem gargalos que persistem sistematicamente na política da Pós-Graduação no Brasil. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é averiguar esses gargalos, afim de que se possa propor sugestões aos mesmos.

Criação da Pós-Graduação no Brasil

Em 1948, foi criada a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em 1951 foram criados, de um lado, o Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq (hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico), a quem coube fomentar as atividades na área de energia nuclear e à pesquisa em geral, por meio de concessão de auxílios para a manutenção de laboratórios e de concessão de bolsas de estudos para capacitar científica e tecnologicamente recursos humanos e organizar, com a comunidade científica, a carreira de pesquisador; e, de outro lado, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES (atual Coordenação de Pessoal de Nível Superior), órgão responsável pela institucionalização e regulamentação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Essas agências surgiram em decorrência da pressão e da persistência de grupos de pesquisadores da comunidade científica da época, muitos com contato com instituições e grupos de pesquisa internacionais. Além de marcarem o início da valorização do ensino superior, foram responsáveis pela implantação de políticas de pesquisa e da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no país (FONSECA-SILVA, 2008).

Em razão da necessidade de o Ministério da Educação implantar e desenvolver o regime de cursos de Pós-Graduação no ensino superior no Brasil, a Pós-Graduação foi definida legalmente em 1965, pela Câmara de Ensino Superior (BRASIL, 1965).

No parecer, o relator defendia a necessidade de uma sistemática implantação dos cursos de Pós-Graduação no país, defendendo que ganhariam tanto o campo acadêmico científico quanto o campo da produção de tecnologia aplicável às necessidades industriais do desenvolvimento nacional. Além disso, argumentava que a Pós-Graduação iria conferir o caráter verdadeiramente universitário à universidade, ao assumir o papel imperativo de suprir a deficiência do sistema e de assegurar a capacitação de quadros docentes qualificados, de um lado; e ao estimular e assegurar o desenvolvimento da pesquisa, preparando adequadamente os pesquisadores e trabalhadores intelectuais no mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (FONSECA-SILVA, 2008).

Ressalta-se que a Pós-Graduação, como observa Barros (1998), só foi formalmente implantada em 1968, a partir da reforma do ensino superior, pela lei da reforma universitária, que complementava e, ao mesmo tempo, redimensionava as disposições da lei de diretrizes e bases da educação. Em tal reforma, cabia à Pós-Graduação qualificar professores para o ensino superior, capacitar profissionais para atuar nos setores públicos e privados além de estimular a produção de conhecimento científico vinculado ao desenvolvimento do país.

Essa lei da reforma universitária estabelecia, entre outras coisas, a indissociação do ensino e da pesquisa e a exigência de que o professor universitário deveria ter uma formação pós-graduada em programas de mestrado e doutorado (Pós-Graduação *stricto sensu*). As disposições da antiga LDB de 1961, e da reforma universitária de 1968, foram revogados pela atual LDB de 1996, que passou a estabelecer as diretrizes e bases da educação no Brasil.

A Pós-Graduação Atualmente

Atualmente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela pós-graduação, comunicou que exigirá mais qualidade dos mestrados e doutorados no país. Cursos que recebem nota 3 na avaliação trienal da Capes - pontuação mínima, deverão ser fechados, caso não consigam melhorar seu desempenho. O comunicado defende o descredenciamento de mestrados e doutorados que tirem nota 3, considerada regular, em três avaliações trienais consecutivas - portanto, num período de nove anos. Atualmente, a Capes descredencia de imediato cursos que recebam notas 1 e 2. A escala vai até 7.

Até o final de 2010 existiam 3083 programas de Pós-Graduação, divididos em nove grandes áreas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística Letras e Artes, e Multidisciplinar (Tabela 1). A área Ciências da Saúde concentra a maioria dos programas de Pós-Graduação (16,2%), enquanto que na área de Linguística Letras e Artes estão apenas 5,6% dos programas.

Tabela 1. Relação de cursos de Pós-Graduação reconhecidos e recomendados pela Capes: M - Mestrado Acadêmico, D – Doutorado, F - Mestrado Profissional, M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado.

Grande área	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Ciências Agrárias	335	116	2	19	198	533	314	200	19
Ciências Biológicas	258	63	2	12	181	439	244	183	12
Ciências da Saúde	501	131	16	60	294	795	425	310	60
Ciências Exatas e da Terra	286	105	8	12	161	447	266	169	12
Ciências Humanas	436	189	4	14	229	665	418	233	14
Ciências Sociais Aplicadas	377	178	2	59	138	515	316	140	59
Engenharias	345	140	3	53	149	494	289	152	53
Linguística, Letras e Artes	173	82	2	1	88	261	170	90	1
Multidisciplinar	372	152	15	100	105	477	257	120	100

Brasil	3.083	1.156	54	330	1.543	4.626	2.699	1.597	330
---------------	--------------	--------------	-----------	------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------

Fonte: CAPES (2010).

Gargalos da Pós-Graduação

Rizzi *et al.* (2010, p. 1) na Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação do Paraná ressaltaram seis pontos de estrangulamento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*:

1. Definição da concepção da Pós-Graduação por parte da CAPES, pois atualmente existe uma maximização de critérios de produtividade intelectual em detrimento de critérios de capacitação de recursos humanos (titulação de mestres e doutores), que deve ser o marco teórico de avaliação dos programas de Pós-Graduação. Avaliação da Pós-Graduação que maximiza critérios quantitativos e ignora aspectos qualitativos desconsiderando a importância do programa para o desenvolvimento regional e formação de recursos humanos localizados.

2. Capacitação de docentes em nível de Doutorado nas IES que mantenha a massa crítica de Doutores e que, portanto, poderá absorver maior número de orientados e alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

3. Estrutura do sistema de Ciência e Tecnologia existindo um processo decisório conflitante entre CAPES e CNPq de tal forma que não contempla a análise de mérito e especificidades regionais e produz uma Pós-Graduação sem inserção máxima regional.

4. Infra-estrutura laboratorial inexistente ou com equipamentos desatualizados, sem recursos de custeio, que não permitem a expansão da pesquisa e absorção de alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

5. Inexistência de política de contratação e capacitação de docentes que amplie a capacidade de orientação do sistema, bem como contratação de técnicos administrativos de apoio ao processo de expansão e oferta de vagas em programas *Stricto Sensu*.

6. Tímida relação das Agências Nacionais com as FAPs em projetos que consolidem programas de Pós-Graduação e fortaleçam arranjos técnico-científicos para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Ressalta-se dois pontos que não foram citados por Rizzini *et al.* (2010), primeiro sobre a distribuição dos programas de Pós-Graduação e, segundo as normas dos editais dos processos seletivos para ingresso nos programas de Pós-Graduação.

Quanto a distribuição dos programas de Pós-Graduação observa-se na figura 1 que a maioria dos programas situam-se na região Sudeste (48,7%), enquanto que a região Norte possui apenas 4,8% dos programas.

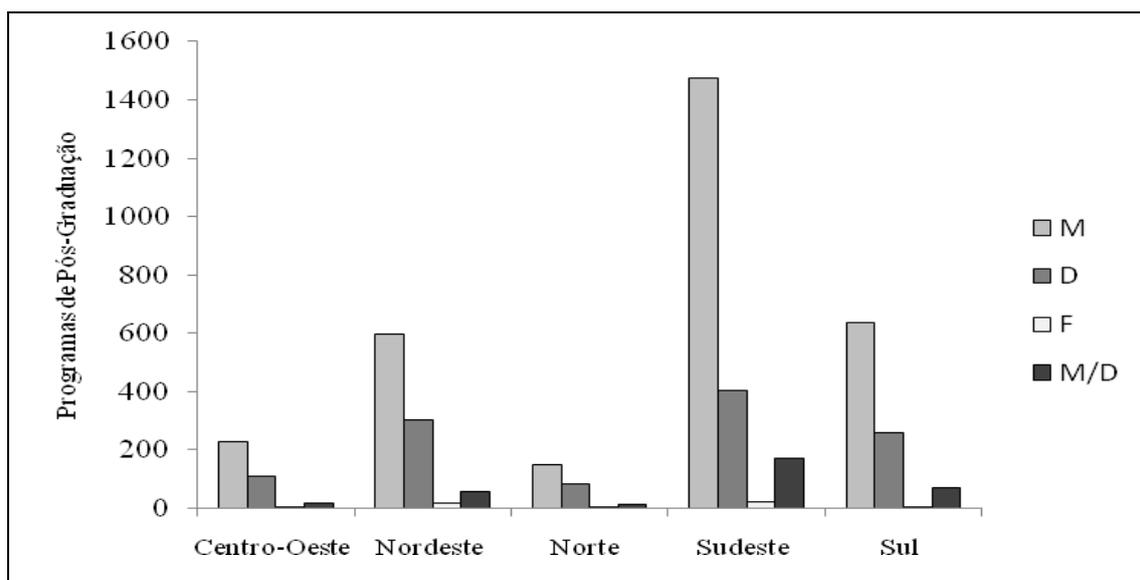


Figura 1. Distribuição dos programas de Pós-Graduação nas cinco regiões do Brasil: M - Mestrado Acadêmico, D – Doutorado, F - Mestrado Profissional, M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado. Fonte: CAPES (2010).

Em relação aos editais dos processos seletivos tem se observado que os mesmos não promovem um processo seletivo com igualdade e equidade de oportunidades. Os fatores principais que propiciam essa desigualdade são listados a seguir:

1. Exigência de aceite do pretenso orientador para a realização do processo seletivo.
2. Parcialidade das comissões de seleção.
3. Comissão de seleção composta pelos pretensos orientadores.
4. Falta de critérios para a avaliação da entrevista.

Dessa forma, é necessário que a CAPES além de fomentar a Pós-graduação, introduza normas aos editais, afim de que se mantenha a qualidade da pós-graduação, e que haja efetivamente um processo seletivo, e não um processo indicativo.

Conclusão

Desde a sua criação, a Pós-Graduação brasileira, tem apresentado melhorias significativas, entretanto, perduram-se alguns gargalos, que estão impregnados nos programas de Pós-Graduação e nos órgãos fomentadores. Isso ocorre devido principalmente, à forma de seleção dos processos seletivos, e a falta de critérios para distribuição de bolsas nos mestrados e doutorados, pois cada programa a distribui de forma arbitrária. Sendo que os órgão fomentadores as concedem observando, principalmente, o quantitativo, em detrimento do qualitativo.

Referências Bibliográficas

BARROS, E. M. C. Política de Pós-Graduação: um estudo da comunidade científica. São Carlos: Ed. UFSCar, 1998.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação**. Parecer 977, de 3 dez. 1965, MEC/CFE: Documenta n. 44, dez 1965, p. 67-86.

CAPES. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso: 28/01/2010.

FONSECA-SILVA, M. da C. Pós-Graduação Strictu Sensu e Desenvolvimento Regional. **Publicatio UEPG**: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. 2008, v. 16, n. 1, p. 55-60.

RIZZI, N. E.; *et al.* Expansão da Pesquisa e Pós-Graduação. **Subsídios à Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2010, p. 137-145. Disponível em: <<http://www.seti.gov.br/download/Livro%20Ricardo/parte8.pdf>>. Acesso: 25 jan. 2011.

Trabalho enviado em junho de 2012, trabalho aceito em setembro de 2012.